

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

**Curso em Movimentos Sociais, Organizações Populares e
Democracia Participativa.**

Juventude e Políticas Públicas:

**Lacunas, alternativas e desafios vivenciados pelos
jovens da Comunidade de Capoeirão –Ibiassucê - Ba**

Alidéia Oliveira Rodrigues

Belo Horizonte

2008

Alidéia Oliveira Rodrigues

Juventude e Políticas Públicas:

**Lacunas, alternativas e desafios vivenciados pelos
jovens da Comunidade de Capoeirão –Ibiassucê - Ba**

Monografia apresentada ao Curso Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa, da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais como requisito do Título de Pós – Graduada em Políticas Públicas de Juventude Rural.

Orientador: Prof. Juarez Tarcísio Dayrell

Co -Orientadora: Prof^a Maria Amélia G.C. Giovanetti

Belo Horizonte

2008.

Curso Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa (Cáritas/Prodep/UFMG).



PARECER

AVALIAÇÃO APRESENTAÇÃO MONOGRAFIA

Nós, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti e Renato Almeida de Moraes, Professores avaliadores da Monografia *Juventude e Políticas Públicas: lacunas, alternativas e desafios vivenciados pelos jovens da Comunidade de Capoeirão – Ibiassucê/BA*, da cursista Alidéia Oliveira Rodrigues, após avaliação da Apresentação da Monografia, a partir dos critérios:

- Pertinência do tema estudado para a formação de educadores populares Sim () Não
- Clareza e capacidade de síntese das idéias Sim () Não
- Organização teórico-metodológica da análise e da reflexão Sim () Não
- Contribuição da pesquisa para o campo da Educação Popular Sim () Não

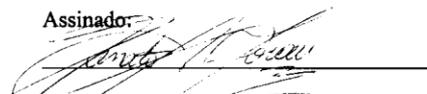
Consideramos a referida Monografia:

- aprovada
- () aprovada com restrição

Nota: 40 (40 pontos) * (Por favor: a nota não será lida publicamente)

Comentários complementares para justificar a opção assinalada (**opcional**):

Assinado:


 Maria Amélia G. C. Giovanetti

Belo Horizonte, 03 de abril de 2008.

**Para toda a juventude do Semi-Árido,
especialmente aos/as jovens da
Comunidade de Capoeirão, que
continuam acreditando e transformando
sonhos em realidade...**

**Para minha família, pelo aconchego,
essencial!**

**Para Mark, companheiro de lutas e
reflexões!**

Resumo

Este trabalho consiste no resultado da pesquisa realizada com jovens da Comunidade rural de Capoeirão, município de Ibiassucê – Bahia, onde o tema central é a questão das políticas públicas de juventude rural e o protagonismo dos jovens na realidade em que vivem. Para tanto se analisa conceitos de juventude, de políticas públicas de juventudes e como os jovens têm lidado com a realidade decorrente da situação das políticas públicas no universo em que vivem. O trabalho buscou valorizar as percepções dos próprios sujeitos investigados, e a partir delas, levantar algumas reflexões sobre a realidade investigada.

Palavras chave: juventudes, juventudes rurais, políticas públicas de juventudes, protagonismo juvenil, economia solidária.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Qual tema investigado? Que objetivos o nortearam?.....	5
1.2. Os caminhos que estimularam o interesse pelo tema.....	6
1.3. Características e metodologia da pesquisa.....	7
2. JUVENTUDES: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO....	9
3. JUVENTUDES RURAIS: ALGUMAS DE SUAS CARACTERÍSTICAS..	13
4. POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO.....	15
5. BREVE CONJUNTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL	18
6. O CAMPO DA PESQUISA: A COMUNIDADE DE CAPOEIRÃO.....	21
6.1 A comunidade de Capoeirão: contextualização.....	21
6.2. Existem políticas públicas voltadas para a juventude de Capoeirão? Algumas reflexões a partir de depoimentos coletados.....	23
6.3. Como aconteceu o processo de organização grupal em Capoeirão?32	
6.4. Alguns frutos da organização grupal.....	34
6.5. E para os jovens: qual o significado de estarem organizados em um grupo?	36
7. CAMINHOS POSSÍVEIS	39
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
8.1 A ausência de políticas públicas de juventude na Comunidade de Capoeirão e suas conseqüências	42
8.2. O universo da pesquisa sobre políticas públicas de juventude rural.43	
8.3. O protagonismo juvenil	44
9. CONVITE AO DESAFIO	47
REFERÊNCIAS.....	47

1. Introdução

Falar em políticas públicas voltadas para a juventude é ao mesmo tempo instigante e desafiante. Instigante porque é um tema sobre o qual muitos pesquisadores já têm se debruçado mas que devido sua pluralidade, amplitude e densidade continua com muitos campos inexplorados. Desafiante, quando o recorte é políticas públicas de juventude rural, uma vez que este tema ainda carece de muitos estudos, tendo sido pouco explorado até então, uma vez que existem muitas pesquisas sobre juventude rural, sobretudo no que concerne à mobilidade e à reprodução social da Agricultura Familiar¹, mas quanto às políticas públicas de juventude rural, muito pouco se pesquisou. O presente trabalho envereda pelas estradas das políticas públicas de juventude rural, convivendo com as lacunas, para dar voz à experiência vivenciada na Comunidade rural, Capoeirão, do município de Ibiassucê – Bahia.

1.1. Qual tema investigado? Que objetivos o nortearam?

Ao explorar o tema, buscou-se investigar sobre a existência ou não de ações e/ou políticas públicas de juventude na Comunidade de Capoeirão e como os jovens têm lidado com a situação decorrente da realidade constatada. A partir de tal propósito, os objetivos perseguidos foram os seguintes:

- ❖ Identificar e avaliar o impacto das possíveis ações e/ou políticas públicas voltadas para os jovens na comunidade do Capoeirão;

¹ Agricultura Familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção – trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (Wanderley, 1999, p.25)

- ❖ Investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens da Comunidade;
- ❖ Identificar possíveis alternativas que estão sendo construídas pelos (as) próprios (as) jovens buscando a permanência no campo;
- ❖ Investigar a auto -percepção dos (as) jovens sobre o significado da ação grupal.

1.2. Os caminhos que estimularam o interesse pelo tema

O tema juventude cativa-me desde o começo da minha juventude, quando muito cedo comecei a participar de grupo de jovens das CEB`s – Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, onde discutíamos a realidade da juventude brasileira, mas também a nossa realidade. Passei pela Pastoral da Juventude, como membro de grupo, Coordenação e mais recentemente enquanto assessoria, onde o tema das Políticas Públicas de Juventudes foi o carro chefe de discussões e reivindicações desta Pastoral. Além disso, venho assessorando encontros com a temática juventude, tendo oportunidade de ouvir jovens e discutir a realidade dos mesmos na região da qual o município de Ibiassucê – Bahia, faz parte. A militância em movimentos estudantis, onde as dificuldades dos jovens sempre estiveram no centro das discussões também foi ingrediente importante no interesse pela temática . Além disso, meus pais moram na Comunidade de Capoeirão, onde tenho auxiliado o grupo de jovens e mais recente de jovens apicultores, nas suas reflexões, visualizando os desafios enfrentados por eles.

Desse modo, mais que interesse pelo tema juventude e por consequência pelas políticas públicas voltadas para este segmento, existe um compromisso assumido e vivenciado junto a esta categoria, com especial atenção para com as juventudes na região da qual sou parte enquanto ser humano, jovem, cidadã. A pesquisa é uma tentativa de contribuir com algumas reflexões pertinentes sobre a realidade de jovens da região pesquisada, tão carente de estudos desta natureza. É no sentido de iniciar a produção sistemática do conhecimento acerca das políticas públicas de/para/com juventude, enfatizando a juventude rural, que o presente trabalho pretende colocar em evidência algumas realidades da região.

1.3. Características, metodologia da pesquisa e estrutura do trabalho

O presente estudo insere-se no contexto da pesquisa qualitativa, a qual se atende mais adequadamente aos propósitos da realidade investigada. A pesquisa buscou desenvolver algumas reflexões a partir de bibliografias sobre o tema, bem como da observação gradativa e permanente sobre a realidade pesquisada; somando-se a ambas as abordagens feitas a partir da técnica de entrevista, onde o/a entrevistado/a ouve a pergunta, a responde, tem a sua fala anotada e em seguida é consultado/a se concorda ou não com a redação (a qual procura ser o mais fiel possível), feita a partir de sua fala, podendo sugerir alterações se considerar necessário. O objetivo foi focar pessoas da Comunidade pesquisada, no sentido de valorizar suas experiências e percepções acerca das mesmas.

No campo da pesquisa sobre juventude alguns autores são sem dúvida porta de entrada para se discutir o tema. Dentre eles há uma recorrência especialmente a alguns, como Juarez DAYRELL, o qual traz abordagens, sobretudo, do jovem enquanto sujeito social e da pluralidade dos modos de ser jovem, e a Helena ABRAMO, que tão bem elucida o protagonismo juvenil, um dos pontos abordados pela presente pesquisa. Ao encontro de ambos, e rumo às políticas públicas, SPOSITO e CARRANO oferecem um panorama das políticas públicas de juventude no Brasil, bem como apresenta alguns desafios a serem enfrentados por elas. CASTRO, assim como CARNEIRO, auxilia na compreensão da temática juventude rural, trazendo elementos como a questão da migração juvenil. PEDRINI auxilia na análise das políticas públicas, todavia também aborda aspectos do controle social, o qual só se concretiza se houver mobilização social, tão bem abordado por HENRIQUES.

O texto que se segue traz no **primeiro capítulo**, reflexões em torno do conceito sobre juventudes, no sentido de introduzir o leitor à temática geral a que se propõe, discutindo algumas abordagens, analisando a condição juvenil no Brasil e enfocando, o jovem, sobretudo como sujeito social e enquanto sujeito de direitos. **O capítulo seguinte** aborda algumas características das juventudes rurais, a partir do termo “rural”, ressaltando a diversidade dos modos de ser jovem, também no campo; alguns desafios enfrentados por esta categoria e finalizando com algumas indagações sobre a realidade a ser investigada. **O terceiro capítulo** traz algumas reflexões sobre o conceito de políticas públicas, diferenciando-as das políticas governamentais e abordando carências do país, pelo fato da não concretização de políticas públicas, de

modo geral, o que se reflete na vida de toda a população brasileira. **O capítulo que se segue**, é uma complementação do terceiro, discorrendo sobre a conjuntura das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, com breve recorte sobre as políticas públicas de juventude rural. **O quinto capítulo** é voltado para a comunidade pesquisada, contextualizando-a e analisando os depoimentos coletados, para a partir dos mesmos responder indagações sobre a existência ou não de políticas públicas de juventude na Comunidade, os principais problemas enfrentados pelos jovens, as alternativas construídas por eles e a análise que fazem da organização grupal que sustenta essas alternativas. **O sexto capítulo** é um diálogo entre a experiência grupal abordada e os possíveis caminhos a serem seguidos pelo grupo, no sentido de avançarem e consolidarem os objetivos perseguidos, tendo como referência a Economia Solidária. Chegamos às considerações finais para em seguida convidar o (a) leitor (a) a nos acompanhar em Convite ao desafio. E agora? Agora fica o desejo de uma boa leitura, esperando sinceramente que a modesta contribuição do presente trabalho inspire outros tantos acerca das políticas públicas de juventude rural, ainda tão carente de estudos, mas também de debate e de concretização o que deixa milhões de jovens rurais brasileiros à margem das ações do Estado.

2. Juventudes: Algumas reflexões em torno do conceito

No Brasil, a concepção a respeito de classes, grupos e segmentos, em geral está ligada a fatos marcantes, e/ou eventos/episódios que chamaram a atenção. No caso do segmento juventude, isso não tem sido diferente. Todavia compreender a construção histórica dessa categoria é passo indispensável

para análise mais completa e não homogênea da mesma, considerando a pluralidade que perpassa a sua essência. Desse modo, não podemos nos ater apenas a momentos marcantes, a exemplo da participação juvenil, principalmente via movimento estudantil, na contestação à ditadura, pois estaríamos fragmentando a categoria e ainda ignorando a permanente mutação pela qual ela passa. Assim sendo, a expressão juventudes, será utilizada, no sentido de contemplar a diversidade. Buscando avançar para além das visões reducionistas, romantizadas ou mesmo negativistas, recorreremos às ponderações de Peralva (1997) a qual afirma que *“a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”* (In: DAYRELL, 2003), Consideramos ainda, a definição feita por Dayrell que entende

A juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma (DAYRELL, 2003, p.42)

A construção histórica sobre a juventude fez um longo caminho até os dias atuais. Segundo Abramo (2005, p.39) *“a percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente emergindo com mais força de uns dez anos para cá.*

Dentre os diferentes enfoques há o

que se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes. (...) Outro é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das situações de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e sobre as vulnerabilidades que os afetam. (...) Outro (...) é que, partindo da postulação do jovem como sujeito de

direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas. (ABRAMO, 2005, p.40)

Em geral, muitas das percepções sobre as juventudes, em particular do Brasil, têm enfatizado visões negativas sobre os jovens, as quais são expostas na maioria das vezes, na mídia, como bandidos, usuários de drogas, autores de atos violentos, irresponsáveis, criminosos. Essa visão, tendenciosa, preconceituosa e fragmentada, acaba muitas vezes por nortear políticas destinadas às juventudes, que focam o jovem como um “criminoso em potencial”, trazendo ações não democráticas que buscam apenas “impedir” que os/as jovens se tornem “criminosos”, numa atitude de prévia defesa da sociedade em relação aos possíveis delitos juvenis. Paralela a esta visão negativa, quase sempre, há aquela que trata o jovem como um “vir a ser”; *“é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente.”* (DAYRELL, 2003, p.40). As juventudes vistas sob a condição da transitoriedade, assim como, sob a ótica da negatividade, impedem que os/as jovens sejam tratados/as como sujeitos de direitos; é como se esses direitos não “existissem para os/as jovens”; apenas quando eles se tornarem adultos. E conseqüentemente não são vistos valorizados, considerados e respeitados enquanto sujeitos sociais, como propõe o prof. Dayrell, considerando a definição de “Charlot (2000, p.33 e 51), para quem:

o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos (...)é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais(...)é um ser singular, que tem uma história(...)é ativo, age no e sobre o

mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere (In: DAYRELL, 2003, p. 42 e 43)

DAYRELL (2003), citando CHARLOT (2000), afirma que *“todo ser humano é sujeito”*. E acrescenta:

Mas temos que levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização (...) eles se constroem como tais na especificidade dos recursos que dispõem. É essa realidade que nos leva a perguntar se esses jovens não estariam nos mostrando um jeito próprio de viver. (DAYRELL, 2003, p. 45)

Desse modo, o autor valoriza o protagonismo dos jovens² e nos chama a atenção para a diversidade que compõe a categoria juventude, sugerindo que o mais correto é chamar juventudes.

Dentre os temas abordados, está a *“condição juvenil no Brasil contemporâneo,”* sendo que o artigo de Abramo ressalta a consolidação recente do tema políticas de juventude, o qual tem sido colocado aos poucos na pauta das discussões políticas, em nível de nação. Ainda sobre a percepção acerca das juventudes, Abramo enfatiza a necessidade de distinguirmos entre condição e situação. A pesquisadora lembra que *“é fundamental levar em consideração estes diferentes planos de análise”*, citando Margulis, ela complementa:

a juventude, como toda categoria socialmente constituída que atende a fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica, mas também tem que ser analisada a partir de outras dimensões: aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais toda produção social se desenvolve. (MARGULIS: 1996, p. 17. In: ABRAMO: 2005, p. 42. In: ABRAMO e BRANCO: 2005)

² Aqui utilizaremos os termos jovens e juventudes como sinônimos.

Assim sendo, a análise da condição juvenil deve considerar esses elementos, como também as mudanças historicamente impressas a essa condição, advindas das transformações econômico-sociais, da cultura e dentre outras coisas, também pela experiência e ações dos próprios jovens. Em decorrência dessas transformações, a condição juvenil vai ganhando novos contornos.

Segundo Abramo

produziu-se uma extensão da juventude, em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo de vida (...) na abrangência do fenômeno para vários setores sociais(...)nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida.(ABRAMO,2005,p. 43).

Desse modo, a condição juvenil sofreu modificações importantes nas últimas décadas, as quais devem ser consideradas no momento da construção das políticas públicas para as juventudes. Abramo destaca que *“a vivência da experiência passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta.”*(ABRAMO,2005,p. 24) Essa é uma modificação importantíssima,já que o/a jovem passa a ser tratado/a como sujeito com vida própria, com suas particularidades e demandas próprias, mas também como sujeito de direitos, os quais devem ser assegurados pelo Estado e sempre com a participação do próprio jovem, através de verdadeiras políticas públicas de juventudes.

3. Juventudes rurais: algumas de suas características

Classificar o rural é uma tarefa que vem se impondo ao longo do tempo para estudiosos das mais variadas áreas de conhecimento e jamais superada no que concerne ao consenso. Segundo o IBGE, é rural toda a área externa ao

perímetro urbano, sendo este definido por lei municipal. *“O ‘rural’ é, dessa maneira, delimitado pela negação do urbano”*, lembra Carneiro (2005, p.246) que enfatiza:

é importante admitir que a heterogeneidade não reside apenas entre ou dentro desses dois grandes pólos, mas também na maneira como se expressa a ruralidade nas diferentes regiões do país e na maneira como as próprias pessoas entendem o que seja ‘rural’ ou ‘campo’.(CARNEIRO, 2005,p.246. In:ABRAMO e BRANCO, 2005).

Neste sentido, o conceito de rural e de campo acaba por variar também de região para região, o que dificulta ainda mais uma conceituação que possa ser usada de norte a sul do país. Além disso, como lembra Carneiro (2005, p.259) *“o ‘rural’ e o “urbano” se expressam em universos culturais distintos que podem se manifestar nos mesmos espaços geográficos”*(CARNEIRO,2005,p.259).

Isso nos remete diretamente aos problemas inerentes à noção de ‘juventude rural’, que além de conter esses grandes fatores de diversidade, guarda também diferenças internas em uma mesma localidade segundo as condições econômicas, as identidades de gênero, o grau de escolaridade, entre outras variáveis. (CARNEIRO, 2005:246 e 247. In: ABRAMO e BRANCO, 2005 p.243 a 261).

A juventude rural é ainda uma categoria pouco estudada e não por acaso

vistas dessa maneira desde a ótica do trabalho, a ‘juventude rural’- categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea - permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social, culturalmente globalizado (DURSTON, 1994).Essa invisibilidade decorre, segundo esse autor, de um estereótipo baseado em uma visão urbana da noção de juventude sustentada na percepção da existência de um espaço cultural propriamente juvenil e do adiamento das responsabilidades e dos papéis dos adultos.(CARNEIRO, 2005,p.244. In:ABRAMO e BRANCO, 2005 p. 243 a 261)

As juventudes brasileiras vivem das mais variadas formas as suas condições juvenis. Aqui, queremos destacar alguns traços das condições juvenis de um grupo de jovens camponeses/as. No presente trabalho,

consideraremos como parâmetro a auto - definição dos/as próprios/as jovens, ou seja, valorizando a própria concepção que cada jovem tem de si, ao se incluir na categoria juventude.

A juventude rural teve

reduzido suas perspectivas de trabalho na agricultura ao mesmo tempo em que tem ampliado suas referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade. (CARNEIRO, 2005, p. 245. In: ABRAMO e BRANCO, 2005 p. 243 a 261).

Diante desse quadro que se aplica a muitas regiões do Brasil, são suscitadas diversas indagações: Qual a condição desses/as jovens? Quais têm sido as suas formas de resistência? Quais as experiências concretas que caracterizam a condição desse (as) jovens? Estes questionamentos serão problematizados, considerando um grupo de jovens da comunidade de Capoeirão, no município de Ibiassucê, Bahia.

Além de outros entraves, as visões fragmentadas e negativas acerca das juventudes, comprometem a construção e execução das políticas públicas para este segmento ficando as mesmas evidentemente comprometidas. Neste sentido, resgatar a condição dos/as jovens enquanto sujeitos (as) sociais e sujeitos/as de direito é empreitada obrigatória, se quisermos fazer valer de fato as políticas públicas para este segmento.

4. Políticas Públicas: algumas reflexões em torno do conceito

As políticas públicas estão situadas em um contexto mais amplo, numa disputa de projetos políticos distintos, a saber, o democrático-participativo e o

neoliberal. A conceituação das políticas públicas, feita a partir da linha democrático-participativa, explicitada no módulo da AATR – BA³, as entende enquanto:

ações do poder público voltadas para o bem comum ou interesse público (...) medidas e intervenções sociais impulsionadas pelo Estado visando melhorar a qualidade de vida da população, garantir e ampliar direitos (...) Para que uma política seja 'pública' é necessário não apenas que ela tenha por objetivo o bem comum de todos, da população, mas também, que o processo de elaboração seja submetido a debate e considerações daqueles que serão beneficiados.

Assim, podemos distinguir políticas governamentais (aquelas feitas unicamente pelos técnicos e burocratas do Estado) de políticas públicas (aquelas elaboradas a partir de um amplo processo de discussão e diálogo com a população). Tal processo de diálogo, quer dizer, de participação popular é fundamental já que as políticas públicas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. (AATR – BA, 2002, p. 21 e 22).

Assim, podemos afirmar que não haverá política pública de juventudes, sem a participação das juventudes. Desse modo, o primeiro passo para que haja política pública para este segmento, é de fato conhecê-lo e tratá-lo enquanto sujeito social, protagonista de todo o processo; por isso falamos em políticas de/para/com as juventudes. Baseado nestes princípios, percebemos que as políticas relativas a este segmento, ainda são muito frágeis.

A professora Dalila Pedrini (2006, p.3) lembra que “as *políticas públicas para o conjunto da população, nunca existiram verdadeiramente. (...) Os direitos de cidadania nunca foram atendidos por políticas públicas universais, continuadas e emancipadoras.*” Em se tratando da juventude rural, ainda na invisibilidade e a partir de uma visão estereotipada, como lembra Durston (1994), citado por Carneiro (2005), ela

³ Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia.

não aparece como foco de atenção da maioria dos programas de combate à pobreza, ainda que muitos projetos de desenvolvimento rural (e dos movimentos sociais, eu acrescentaria) na América Latina contem com a participação entusiasta de jovens.”(DURSTON, 1994. In: CARNEIRO, 2005:244. In:ABRAMO e BRANCO, 2005).

Esta afirmação vale para o conjunto da nação e a Comunidade de Capoeirão é mais um dos milhões de recantos esquecidos desse país, onde as várias esferas de poder seja municipal, estadual e federal nunca se fizeram presentes para discutirem e implementarem qualquer tipo de política pública. As políticas implementadas pelo Estado brasileiro de forma geral em toda a sua história, como ainda hoje, são em sua maioria políticas governamentais, ou seja, são políticas pensadas, elaboradas, implantadas e gerenciadas pelo próprio governo com pouca ou nenhuma participação da sociedade. Considerar como política pública de juventude toda e qualquer política governamental, de forma indiscriminada, seria ir de encontro à luta de diversos movimentos sociais, inclusive os de juventude, uma vez que, são raras as políticas que contam com participação dos (as) jovens, e mais raras ainda as que são claras ou consensuais sobre a faixa-etária a ser atendida. Neste sentido, poderíamos dizer que a grande maioria das políticas voltadas para as juventudes existentes até então, foram meras políticas governamentais, pois não contaram com a participação dos/as beneficiados/as e quando houve alguma participação, esta foi incipiente.

5. Breve conjuntura das políticas públicas voltadas para Juventude no Brasil

Em artigo de 2003, SPOSITO e CARRANO, fazem um levantamento minucioso das políticas voltadas para as juventudes, demonstrando que até então, a falta de clareza, e de intersetorialidade, a descontinuidade administrativa e a fragmentação, dentre outros aspectos, caracterizavam essas políticas. De lá para cá, podemos considerar alguns poucos avanços, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Juventude, ligada diretamente ao Presidente da República, Sr. Luis Inácio Lula da Silva; a instalação na Câmara Federal da Comissão de Juventude; a realização de seminários sobre o tema, e mais recentemente (2007) a instalação do CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude. Todavia, do ponto de vista prático, muito pouco se efetivou do que chamamos como políticas públicas de juventudes. Poderíamos dizer que as poucas e incipientes políticas voltadas para o segmento juventude, pelo menos em nível de Governo Federal, que existem, são na verdade políticas governamentais e não políticas públicas, pois não contavam e não contam de fato ainda com participação do segmento beneficiado: a juventude. Talvez com a instalação do CONJUVE e com a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude a ser realizada em 2008 se possa dar saltos importantes em relação ao quadro vigente até então.

Diante do que temos até hoje, tanto a nível federal ou mesmo onde os gestores municipais assumiram as políticas públicas de juventudes, *“o tema das políticas públicas de juventude no Brasil está sendo delineado ainda sob uma perspectiva estritamente urbana”* (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.26)

Como ressalta Sposito

torna-se evidente a lacuna diante dos jovens que vivem no campo, se considerarmos a amplitude dos problemas agrários que o Brasil vive e a existência de movimentos e organizações sociais, bastante atuantes no campo. Assim, o tema das políticas públicas de juventude no Brasil está sendo delineado ainda sob uma perspectiva estritamente urbana. (CARRANO e SPOSITO, 2003,p.26).

Ampliar esse universo é superar desafios. E ainda segundo Sposito

o desafio maior é, contudo inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas (CARRANO e SPOSITO, 2003, p.32).

“Para CASTRO (2005), citando DURSTON (2005,p.2) “as constatações dos problemas sociais relacionados à juventude rural” não parecem resultar em políticas públicas governamentais específicas, contribuindo para certa invisibilidade da categoria.” E poderíamos generalizar essa afirmação para as várias instâncias dos poderes públicos: municipal, estadual e federal. O tema juventude volta à tona no Congresso e na mídia quando é para se tratar da redução da maioria penal. Todavia quando o assunto é políticas públicas para as juventudes, poucos são os legisladores e gestores que de fato se interessam pela questão. No município de Ibiassucê essa realidade se repete, com exceção de um mandato popular que tem proposto alguns espaços de discussão sobre a juventude e com a juventude. E nessas oportunidades, os jovens presentes aproveitam para desabafar: “é a primeira vez que alguém se preocupa em nos ouvir.” Disse uma jovem participante de um Seminário de Políticas Públicas de juventude, realizado em novembro de 2007, no momento da avaliação.

Em se tratando de políticas públicas, um primeiro passo é realizar o diagnóstico participativo; conhecer os atores que demandam e o que eles demandam. No tocante às políticas públicas de juventude, podemos dizer que quase tudo ainda é novo, iniciante. As ações do Estado brasileiro voltadas para a juventude têm sido na verdade ações governamentais, fragmentadas, quando muito e não políticas públicas, ou seja, políticas que realmente tem a participação efetiva dos beneficiários, neste caso os/as jovens.

Desse modo, se são grandes os dilemas e desafios das políticas públicas de juventudes, de modo geral, mais ainda as que deverão se voltar para as juventudes do campo.

6. O campo da pesquisa: A comunidade de Capoeirão

6.1. A comunidade de Capoeirão: contextualização

O município de Ibiassucê, localizado na Serra Geral da Bahia, oficialmente integrante da Região Sudoeste do Estado, localiza-se a 726 Km da capital do estado, Salvador, com área territorial de 382 Km², tem segundo o censo, de 2007, 9.507 habitantes. A Comunidade⁴ de Capoeirão é mais uma das aproximadamente 45 comunidades – rurais do município. Localizada a 12 Km da sede do município de Ibiassucê, a Comunidade conta atualmente com 13 famílias residentes. A distribuição de jovens na Comunidade está da seguinte forma:

⁴Comunidade entendida como “espaço público de encontros de diálogos sobre os problemas privados dos sujeitos e das questões públicas”, onde “há um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território (rural ou urbano) cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum...” (CASTILHO, 2001, p.151 e 145, respectivamente).

Número de famílias	Famílias que têm jovens residentes	Número total de jovens	Mulheres Jovens	Homens jovens	Número total de moradores
13	7	13	4	9	48

Capoeirão é uma Comunidade pequena. Considerando o conjunto dos seus moradores, na atualidade, os jovens somam menos que um terço deles. Todavia se formos considerar o conjunto, há um número significativo de jovens, uma vez que ficam pouco mais de dois terços entre crianças, adultos e idosos.

Nos últimos oito anos, a migração foi muito pequena. Todavia, no final da década de 80 e, principalmente, durante a década de 90, houve saída em massa de muitas famílias e pessoas em geral, da comunidade. Saíram jovens que foram se casando e, em busca de alternativas de renda, mudaram-se para a cidade ou mesmo para outros estados. Isto deixou um vazio muito grande na Comunidade. A redução significativa de jovens na Comunidade e a saída de muitas crianças provocaram a sensação de que a população jovem estivesse sendo paulatinamente reduzida. A grande maioria das pessoas que migraram para outros estados nesta época para trabalhar, sobretudo, no corte da cana-de-açúcar.

A cultura da migração como única forma de garantir renda tem prevalecido e, de certa forma, desmotiva alternativas que fixam o jovem no campo. As pessoas se acostumaram com isso; alguns jovens também. É mais cômodo continuar fazendo as mesmas coisas que seus pais fizeram e alguns ainda fazem. Famílias, namorados, noivos se separaram, em nome da sobrevivência. E na maioria das vezes, tudo isto é tratado com tanta

normalidade que as pessoas sequer pensam que poderia haver outro caminho ou que isto decorre da incompetência, da falta de compromisso de nossos gestores e, portanto, da ausência de políticas que visem pelo menos minimizar os problemas enfrentados pelo homem do campo. Há certo comodismo recheado com falta de perspectivas, impedindo que haja sequer questionamentos sobre as causas da falta de emprego, de renda, de alternativas de sobrevivência no próprio campo, de onde a maioria dessas pessoas é oriunda.

A nossa região não é um caso isolado. As famílias que moram na comunidade possuem pouca terra, isto quando possui, sendo a mesma quase sempre resultado de heranças, as quais ao longo do tempo foram sendo fatiadas pelas famílias cada vez que alguém casava. Todavia, o maior problema parece mesmo não ser a pouca quantidade de terra que as famílias têm e sim a falta de infra-estrutura (como é o caso da água) para trabalhar, a barreira da comercialização, a falta de assessoria técnica que possa inclusive motivar e ajudar a encontrar saídas criativas para velhos problemas, como o da comercialização. Assim, as famílias continuam cultivando a terra, garantindo produção de alguns gêneros para o próprio consumo e vez por outra vendendo o excedente, porém, sem ter na agricultura a alternativa de sobrevivência para suas famílias. Desse modo, a saída para alguns continua sendo a migração sazonal⁵, tratada pela grande maioria dos camponeses pais

⁵ Migração sazonal é o tipo de migração que se caracteriza por estar ligada as estações do ano. É uma migração temporária onde o migrante sai de um determinado local em um determinado período do ano, e posteriormente volta, em outro período do ano, é a chamada **transumância**. É o que acontece, por exemplo, com os sertanejos do Nordeste brasileiro. (RIBEIRO, 1995)

de família do município de Ibiassucê como único meio de garantia de renda e porque não dizer da região Sudoeste do Estado da Bahia. É neste cenário de aparente desestímulo que um grupo de jovens da Comunidade de Capoeirão começa a ir além da lamentação de todos os anos.

6.2. Existem políticas públicas voltadas para a juventude de Capoeirão?

Algumas reflexões a partir de depoimentos coletados

Os jovens são objeto de discussão em muitas instâncias e ocasiões quase sempre sem serem ouvidos. Desse modo, na maioria das vezes são os adultos que dão os seus diagnósticos, são eles que “julgam” e da mesma forma são eles que apresentam as soluções para os problemas detectados em relação à juventude. E os jovens? Não têm direito de serem ouvidos? Não deveriam ser eles os protagonistas da construção de políticas voltadas para seu segmento? Em vinte anos da Constituição chamada Cidadã, na qual os direitos humanos, sociais e políticos são assegurados, pouco se caminhou quanto à efetivação de espaços nos quais a construção das políticas de juventude tenham de fato a participação da juventude. Só agora em 2008, o Governo Federal convoca a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de juventude. Aqui se ressalta a importância de reconhecer o direito de participação dos jovens, mas, sobretudo a capacidade que eles têm de analisar a realidade em que vivem apresentar e consolidar propostas que a melhorem.

Ao entrevistar jovens da Comunidade de Capoeirão isto fica muito nítido na medida em que as falas vão acontecendo. Perguntados sobre os

maiores problemas enfrentados pelos jovens da Comunidade, mesmo em entrevistas⁶ distintas, percebe-se a sintonia das respostas: *“Do lado financeiro, acho que é a falta de emprego, com a carteira assinada, ou alguma atividade que gere renda.”* (Luís Novais da Silva, jovem apicultor, integrante do grupo de jovens organizados)

A falta de trabalho e/ou renda desponta como o principal problema. Confirmando essa percepção, a segunda entrevistada ressalta: *“Eu acho que o maior problema de nossa Comunidade é a falta de opção (trabalho/profissão).”* (Rosilda Aparecida da Silva, apicultora da Comunidade). Sem entrar no mérito do conceito profissão, a entrevistada expressa mais uma vez algo que é sentido por milhões de jovens brasileiros e dentre eles os jovens da zona rural: a falta de trabalho remunerado, com carteira assinada ou mesmo outra atividade que gere renda. Não por acaso, estas colocações corroboram os resultados da Pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, realizada pelo Instituto Cidadania, a qual constatou que cerca de 30% dos jovens entrevistados disseram considerar que dentre os principais problemas do Brasil hoje, o desemprego é o principal. Mesmo no contexto de juventude rural, os jovens sentem esse problema. Olham para todos os lados e tudo que conseguem ver muitas vezes, são inúmeros outros jovens com os mesmos problemas seus. Os poderes públicos, na maioria das vezes, simplesmente ignoram que estes problemas existem. E os habitantes da Comunidade de Capoeirão sentem isso, vêem isso. Na fala de Marta, uma das apicultoras do grupo, ela afirma:

⁶ Todas as citações orais se referem a entrevistas realizadas na Comunidade de Capoeirão – Ibiassucê – Bahia, em 09 de março de 2008.

Acho que o maior problema é a falta de recursos para conseguir as melhorias dentro da Comunidade; existem propostas boas, trabalhadas pelo grupo, inclusive, mas que esbarra na falta de recursos para colocar em prática, o que acaba impedindo avanços; as melhorias vão sendo bloqueadas. (Marta Maria de Sousa Pereira)

Desse modo, os entrevistados não somente demonstram capacidade de análise da realidade como também a capacidade de propor ações concretas que podem minimizar os problemas por eles enfrentados. Rosilda e Luís nas suas falas, na tentativa de expressar o que pensam, sentem e conhecem bem, deixam as reticências falarem algumas vezes. Param ainda no meio de uma fala como se quisessem dizer que não estão conseguindo transmitir a intensidade da realidade, tal e qual quer fazê-lo. Após provocações complementares, eles ampliam suas colocações. Querem dizer que tem muitas coisas que eles acreditam que podem ser diferentes. E se não tem sido diferentes, não é pela falta de propostas e de disposição dos jovens em construir algo diferente. E sim pela inexistência de qualquer política pública ou mesmo de investimentos mais limitados que não fossem uma política pública, mas que pelo menos viabilizasse algumas propostas dos jovens da Comunidade. A fala de Marta enfoca isso, quando ela afirma: *“existem propostas boas trabalhadas pelo grupo, inclusive, mas que esbarra na falta de recursos para colocar em prática, o que acaba impedindo avanços; as melhorias vão sendo bloqueadas.”* Ou seja, eles têm consciência de que muita coisa poderia ser diferente se houvesse investimento nas ações que os próprios jovens não só vislumbram como alternativa, mas também dentro de suas inúmeras limitações começam a colocar em prática, a exemplo da apicultura e do aproveitamento e beneficiamento de frutas.

Ainda respondendo à pergunta sobre os maiores problemas enfrentados pelos jovens da Comunidade, temos outra resposta na mesma linha das anteriores: *“Falta de uma assessoria técnica e principalmente de uma assistência do poder público”*, ressalta Eli Santana de O. Rodrigues, jovem apicultor integrante do grupo de jovens da Comunidade. O jovem reconhece que a falta de assessoria é um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade, mas complementa: *“a falta de uma assistência do poder público.”* De fato, não há nenhuma assistência do poder público. Nem na Comunidade de Capoeirão, nem nas demais comunidades do município de Ibiassucê. Os jovens do campo realmente são na maioria das vezes ignorados. É uma categoria que continua a ser tratada com certa invisibilidade. Por parte dos poderes públicos, o que existe são falas desconexas e ações isoladas, isso quando existe, pois a realidade de Capoeirão, de Ibiassucê se repete na maioria dos estados do país. E os jovens sentem isso. O jovem Eli numa fala com certo tom de crítica, reivindicação e ao mesmo tempo melancolia afirma: *“A gente fica de certa forma jogado.”* É como se ele dissesse: a gente não existe para o poder público, ninguém olha para nós, somos ignorados. Esta é uma fala de um jovem da zona rural, onde o poder público chega menos que em qualquer outra realidade ou não chega de jeito nenhum.

Nas falas dos jovens, a impressão que se tem é que eles querem mesmo dizer: Não precisamos de muito para conseguir as melhorias que queremos; mas nem mesmo esse pouco tivemos oportunidade de concretizar. E de fato é isso que tem ocorrido com nossos jovens. Eles sequer são ouvidos. São tratados como peças importantes, apenas na época de eleições quando

em muitas circunstâncias podem decidir uma disputa eleitoral. Passadas as mesmas, os jovens continuam esquecidos em seus cantos e recantos. Ou quando lembrados o são por conta da violência que causaram, sendo responsabilizados isoladamente por ela, pois quase nunca o Estado é responsabilizado pelos muitos problemas enfrentados pelos jovens. Existem poucas ações voltadas para a juventude até mesmo em nível de nação e uma afirmação feita em 2003, continua válida na atualidade. Segundo SPOSITO e CARRANO (2003, p.29) *“as ações desenvolvidas por esses organismos recobrem inevitável heterogeneidade, pois não exprimem desenhos claros sobre os projetos de desenvolvimento social e respectivo lugar da juventude no interior dessa proposta global”*.

Os jovens do campo são estimulados a se comportarem como os jovens da cidade para serem mais bem aceitos. Os próprios gestores por vezes questionam isso, mas nada fazem pela valorização da identidade camponesa e da preservação da cultura comunitária. Um dos jovens entende que outro problema enfrentado pelos jovens de Capoeirão, mas que na verdade parece se estender a toda a comunidade, é a questão dos costumes ou do que ele também chama de patrimônio da comunidade. *“No meio cultural, acho que a gente deve valorizar a cultura da Comunidade, não deixar ela ir se acabando; valorizando no lado religioso e social (festas, agricultura, jogos de futebol – lazer).”*(Luis Novais). Ou seja, os jovens querem investimento para que possam ter renda, ter vida própria, mas também sabem que a união da Comunidade, os momentos de lazer, a manutenção de costumes como a agricultura são importantes para que a Comunidade continue viva. Para que

haja de fato melhoria de vida, é importante cultivar alguns costumes da Comunidade. Se por um lado é preciso avançar, por outro, a conservação de alguns costumes são fundamentais para que a melhoria venha acompanhada de bem estar individual e coletivo. Por isso os elementos aglutinadores: sociais, culturais e religiosos considerados aglutinadores, ocupam lugares insubstituíveis na vida da Comunidade e conseqüentemente dos jovens dela.

A seguinte pergunta foi proposta: Quais políticas públicas de juventude já foram implementadas na Comunidade de Capoeirão? As respostas trouxeram palavras simples: *“Nenhuma.”* (Luís); *“Acho que nunca teve nenhuma”* (Rosilda); *“Não teve política pública. Tiveram apenas algumas ajudas par tentar colocar alguns projetos em prática.”* (Marta); *“Nenhuma.”* (Eli).

Estimulados a lembrar, os jovens perpetuavam seus olhares no horizonte como que voltando no tempo, numa tentativa de não serem injustos com a história. E depois de pensarem um pouco, a resposta era quase sempre a mesma: nenhuma. Às vezes complementavam lembrando-se de algumas contribuições da gestão pública municipal ou de um órgão do Estado, mas logo em seguida voltavam à constatação de que eram ações apenas e não políticas públicas. E diante disso, um dos jovens ainda avalia que uma das dificuldades enfrentadas por eles é *“o fato de sermos poucos jovens.”* Isto supõe que se houvessem mais jovens na Comunidade seria mais fácil superar alguns problemas, mas por decorrência de um problema da década anterior, a migração, há um pequeno número de jovens na comunidade, o que dificulta algumas ações dos mesmos enquanto categoria.

Diante do reconhecimento dos jovens quanto à inexistência de políticas públicas, percebe-se a capacidade de analisar a realidade em que vivem, mas não somente analisar o papel do Estado, como também fazerem uma auto-análise. Na fala do jovem Luís ele acha que outro problema é o fato de que *“alguns jovens muitas vezes não acredita que ele tem capacidade de se organizar, mobilizar para construir novos sonhos.”* Em geral avaliam que a maioria dos jovens da Comunidade está relativamente envolvida e consciente do seu papel transformador, mas reconhecem que nem todos os jovens têm essa consciência, o que enfraquece a ação dos demais. Todavia, entendem que ao se comparar com outras comunidades, os jovens da Comunidade de Capoeirão estão mais engajados, mais imbuídos de espírito coletivo. Um elemento que não foi citado, mas que sem dúvida tem relevância, a Educação contextualizada⁷, ou melhor, a ausência dela, no tocante aos jovens, pois no município de Ibiassucê a mesma já foi implantada para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, nas Escolas rurais do município. Assim, é importante que os jovens saibam que a Educação Contextualizada de qualidade pode se tornar importante aliada no caminho para outras conquistas.

Há um vazio decorrente da ausência de políticas públicas voltadas para a juventude e para a Comunidade em geral. E é diante dele que os jovens começam a construir as alternativas. Sem pretender justificar a ausência do

⁷ Educação Contextualizada é uma educação alternativa àquela dos currículos formais. Ela valoriza o contexto, a realidade dos alunos, a qual é o ponto de partida para o estudo acerca dos mais variados conteúdos sejam de português, matemática, ciências e outros mais. E dentro dessa realidade valoriza o dia-a-dia dos alunos e de suas famílias, a cultura, os saberes populares... Para saber mais: RESAB. **Educação para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico - Práticas.** Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro, 2004.

Estado ou minimizar a importância de que ele esteja presente, pode-se dizer que esse vácuo estimulou a criatividade dos jovens e oportunizou seu protagonismo. Isto para dizer que, mesmo longe das ações do Estado, muitos jovens têm assumido seu protagonismo e buscado por conta própria se informar e reivindicar os seus direitos. Felizes os que têm oportunidade de contarem com aliados, seja organizações da sociedade civil, seja de universidades, pastorais ou pessoas de um modo geral que coerentemente abraçam a causa das juventudes. Ocorre que nem todos os jovens, ou grupos organizados têm essa sorte, ficando às vezes à mercê de promessas enganadoras que nunca se efetivam, sobretudo quando o grupo ainda não adquiriu certa maturidade. Assim, muitos jovens vão assumindo o seu protagonismo através de uma prática que poucas vezes conta com uma assessoria que poderia ajudar de maneira significativa a superar algumas dificuldades.

Os jovens entrevistados, integrantes do grupo organizado demonstraram que têm opinião sobre o que acreditam que pode melhorar a vida deles e da comunidade. Perguntados sobre “que ações você acha que poderia amenizar esses problemas?” a opinião de cada um vem ao encontro de seus companheiros. Um dos entrevistados, afirma: “*O jovem acreditar, organizar, trabalhar junto no coletivo.*” Eles sabem que o poder público tem estado ausente, mas, também reconhecem que a organização da juventude é o primeiro passo para começar a mudar isso. E Luis complementa enfatizando que uma ação importante “*é a gente começar mobilizar a própria Comunidade.*” Ao mesmo tempo em que reconhecem que deram passos importantes os

entrevistados admitem que precisam ampliar, na fala de Rosilda ela reforça essa idéia: *“Incentivar os jovens a reivindicar mais acerca das políticas públicas (a exemplo do suporte para a apicultura, que a gente já trabalha), mas não tem uma política pública voltada para isso.”* (Rosilda). Se o poder público não tem estado presente, o desafio dos jovens é se fazer presente junto a ele, reivindicando seus direitos. E que direitos seriam esses? Os próprios entrevistados respondem: *“Eu acho que ter mais políticas públicas.”* Responde Rosilda. Mas que políticas públicas seriam essas? *“Infra - estrutura (Casa do mel),”* complementa Eli. Pelo menos no momento, a demanda mais urgente é em relação ao suporte para continuarem trabalhando apicultura, seja quanto à Casa do mel, ou quanto à *“oportunidade de comercialização para a produção da Comunidade, a exemplo do mel”*, nas palavras de Eli. Porém, todos deixam isso claro.

Num sentido mais genérico entendem que maior disponibilidade de recursos seria uma das ações que poderiam amenizar os problemas enfrentados pelos jovens da Comunidade. Marta complementa: *“Investimentos nas ações que já existem, para concretizá-las, viabilizá-las.”* Ou nas palavras de Eli *“maior assistência do poder público (Câmara, Prefeitura e Estado).*

Percebe-se que os jovens têm clareza do que acreditam ser importante para melhorar suas vidas e a vida da Comunidade. Assumem o protagonismo juvenil mesmo diante das adversidades que se impõem, demonstrando que são sujeitos em seu chão. Quem é o sujeito? Retomando Dayrell, o sujeito *“é um ser singular, que tem uma história(...)é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e ,ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações*

sociais no qual se insere”(In:DAYRELL,2003,p.43).É neste contexto de reconhecer as lacunas do Estado, mas ao mesmo tempo a força que juntos eles têm para lutar contra isso, que os jovens assumem a sua condição de sujeitos, protagonizando ações pequenas mas que vem se constituindo um diferencial significativo para os mesmos e para a própria Comunidade de Capoeirão. E quais têm sido os caminhos construídos pelos jovens diante dessa realidade?

6.3. Como aconteceu o processo de organização grupal em Capoeirão?

Mesmo sem ter clareza da causa de vários problemas enfrentados pela comunidade, ou mesmo como se mobilizar para enfrentá-los, podemos dizer que na Comunidade de Capoeirão, um processo de mobilização social teve inicio há aproximadamente quatro anos atrás, quando a consciência política certamente era bem menor. O grupo de jovens fez um piquenique e nele tirou um tempo para falar sobre políticas públicas. Na verdade, discutiu-se, sobretudo a ausência delas e os problemas que decorriam disso. Comunidade pequena com aproximadamente quatorze famílias, à época, tinha na migração sazonal para estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, sua principal fonte de renda. Muito cedo, os jovens partiam; a escola não era a meta principal. Do ponto de vista das ações do poder público, assim como em outras tantas comunidades, eram órfãos. E se perguntavam se iriam ficar de braços cruzados, assistindo a isso a vida inteira e sendo indiferentes. Não tinham claro o que fazer, mas sabiam que haveria de existir caminhos. E alguns jovens voltaram a se reunir. Após diversas reuniões, o grupo decidiu que colocaria em prática uma atividade que pudesse se tornar fonte de renda,

mas convivesse de forma harmoniosa com meio ambiente: a apicultura foi a escolhida para começar. O interessante é que a construção da identidade do grupo aconteceu de forma bem natural. Assim, a causa foi ganhando identificação grupal, passando a contar com a “co-responsabilidade” a qual impulsiona as ações de todos (as). Mas as dificuldades estiveram presentes; muitas vezes as próprias pessoas da Comunidade eram verdadeiros frascos de desânimo quanto às tentativas dos jovens, sobretudo quanto à atividade escolhida, a apicultura.

Buscando alternativas, a metodologia escolhida pelo/as jovens, foi a grupal. A capacidade de organização de um grupo depende de vários fatores. No âmbito individual podemos citar a auto-estima, a capacidade de dialogar, a confiança no outro, bem como em todo o grupo, a capacidade de partilhar. Muitos desses jovens ultrapassam a esfera individual, passando a conquistar a identidade grupal, o que fortalece a base de sua organização. Mas no âmbito grupal, é importante que haja capacidade de construir as decisões de forma participada, coletiva, que se tenha profundo sentimento de pertencimento ao grupo; que haja solidariedade recíproca, que se tenha objetivos claros, que se auto-avaliem enquanto indivíduos e enquanto grupo. Estes fatores são imprescindíveis para que uma causa coletiva, bandeira de um grupo, seja instrumento de vivência e construção da cidadania e, por conseguinte de experiências democráticas.

O elemento que pode ter contribuído significativamente é o vínculo grupal que já existia antes de iniciarem essa atividade referente à apicultura. A Comunidade de Capoeirão tem no elemento religioso, um ponto de

convergência que une. Ela é uma CEB - Comunidade Eclesial de Base que apesar dos tempos de crise ainda se reúne, contando com a participação de um grupo de jovens. E foi exatamente este grupo de jovens que lançou para si mesmo o desafio de ir além da reunião semanal.

6.4. Alguns frutos da organização grupal

Hoje, os frutos da organização estão começando aparecer. Após terem se organizado, tomaram um empréstimo no banco para iniciarem a atividade, sempre fazendo as atividades de forma coletiva. Alguns apicultores experientes foram solidários e em momentos distintos deram suas contribuições ao grupo, socializando suas experiências, o que facilitou significativamente o trabalho técnico com as abelhas. O importante é que mais que ser apicultor e apicultora, os/as jovens tiveram auto-estima aumentada e descobriram juntos a capacidade coletiva que têm de arriscar, construir alternativas de renda, de maneira solidária, em saudável convivência com o meio ambiente. Os/as jovens assumiram a condição de sujeitos sociais, sendo agentes transformadores de sua própria realidade. Para Sposito (2000,p.80), “ *É preciso admitir a existência de significativa diversidade de práticas coletivas entre os jovens, ainda pouco visíveis e escassamente investigadas.*”

É nessa diversidade que inserimos a organização dos/as jovens da comunidade de Capoeirão, construindo uma experiência coletiva com as próprias mãos, que mesmo sem nenhum apoio institucional, não desanimaram. De maneira mais específica, podemos reconhecê-la dentro da proposição de Sposito (2000, p.80), que afirma: “*Outra modalidade de experiência coletiva*

entre jovens que emerge com maior frequência tem sido um certo associativismo em torno de ações voluntárias, comunitárias ou de solidariedade.” Mesmo sendo uma afirmação relativa à juventude urbana, em parte ela se aplica ao caso, uma vez que os aspectos associativos e comunitários, estão fortemente presentes. Assim, as necessidades que a princípio parecem individuais, se tornam coletivas, na medida em que todos/as percebem que as dificuldades individuais são tão idênticas a ponto de unirem os atores, pois cada um e cada uma se vêem na dificuldade do outro. Além disso, como bem ressalta Sposito (TOURAINÉ,1997.In:SPOSITO, 2000,p.88) *“tanto a dimensão coletiva como a individual se integram em uma mesma configuração que incide sobre as individualidades, pois o ator coletivo e o sujeito se constroem juntos.”*

Neste sentido, pode-se dizer que o grupo amadureceu, após cada participante ter descoberto por si mesmo alternativas que poderiam dar certo. Agora, para além da apicultura estão começando a trabalhar com aproveitamento e beneficiamento de frutas. Mas é válido repetir: mais que isso, estão presentes às reuniões que são de interesse coletivo, se organizam, participam de eventos, se ajudam, enfim, estão fazendo valer o direito de participar. Todavia, a existência desta participação, não significa a conquista imediata de políticas públicas voltadas para esses jovens, o que certamente dependerá da capacidade de uma articulação mais ampla, envolvendo muitos/as outros/as jovens que estão, a princípio na mesma condição destes aqui enfocados. Se a participação dos/as jovens de modo geral é fator determinante na conquista de seus direitos, mais ainda os jovens da zona rural,

devem fazê-lo, já que é ela quem continua numa certa invisibilidade nas palavras de Durston(1994).

6.5. E para os jovens: qual o significado de estarem organizados em um grupo?

A organização grupal foi acontecendo de forma bastante natural e pode ser que num primeiro momento os próprios jovens não tenham se dado conta da grandeza do caminho que percorriam. Hoje, porém, já reconhecem a diferença que o grupo é e faz comparando-se com ações individuais, isoladas.

Ao serem perguntados sobre: “Qual o significado para você, enquanto jovem, do trabalho que vocês desenvolvem em grupo? As respostas trazem revelações interessantes:

Representa, futuramente estar conservando o meio ambiente, servindo de alimentação para mim e para minha família e para toda a comunidade; e o excedente ser comercializado, gerando renda. Representa que a gente não pensa só em mim (sic), e sim pensa no grupo, vai construindo a confiança no outro. Sendo sozinho fica mais difícil de conseguir, de ficar mais forte e junto a gente vai ajudando ao próximo. (Luís)

Para além da importância do trabalho de grupo para cada um deles, vemos o expressar de um jovem preocupado com o Meio Ambiente, ao mesmo tempo que expressa certa preocupação com a própria segurança alimentar, enumerando em primeiro lugar a alimentação para si, sua família e sua Comunidade para só então citar a possibilidade de adquirir renda através da venda do excedente. Isto demonstra uma visão na contramão do individualismo reinante em muitos espaços decorrente da mentalidade do modo capitalista na

qual estamos imersos. Esta preocupação com o bem estar seu, de sua família e de sua comunidade, vem ao encontro de um dos princípios da Economia Solidária, alternativa que vem sendo construída no país, onde o lucro não é colocado como o principal objetivo e sim o ser humano. A próxima fala de uma entrevistada complementa:

Eu acho que é um trabalho muito importante porque no trabalho de grupo uma pessoa dá força para outra e junto consegue realizar qualquer trabalho que muitas vezes a gente acha impossível de uma pessoa só conseguir como a apicultura, aproveitamento de frutas. Em grupo, o trabalho também é agradável, a gente se diverte. (Rosilda)

Outros elementos importantes são incorporados por Rosilda. Um deles é a dimensão da capacidade de conquista que o grupo tem; algo que de outra forma não existiria, no caso individual por exemplo. Quando juntos, obstáculos outrora intransponíveis vão sendo desmontados. Este espírito e esta consciência coletiva são responsáveis na verdade pelas conquistas que eles têm conseguido até agora. Eles são o diferencial entre conquistar ou não conquistar muitos objetivos, analisa a jovem. Somando-se a isso, a dimensão do prazer em realizar as atividades, quando em grupo; se fosse para serem feitas individualmente, seriam chatas, cansativas, monótonas, mas em grupo se tornam momentos agradáveis. Na expressão de Rosilda “*a gente se diverte.*” Novamente, mais elementos da Economia Solidária: o trabalhar junto, fazer junto, em grupo e a dimensão do prazer, do sentir-se bem em fazer determinada atividade. O trabalho, neste caso é uma atividade que traz bem estar e não a fadiga como comumente acontece na maioria das vezes numa relação capitalista, onde há patrão e empregado.

A reflexão feita por Marta traz outro princípio da Economia Solidária, que é a dimensão coletiva; a capacidade de se solidarizar com o outro e ver no outro um aliado e não um inimigo, como comumente acontece na economia capitalista. Ressalta Marta que o grupo: *“Representa a união, a força em estar construindo uma vida melhor; busca estar realizando os objetivos de grupo; coletivamente buscando melhorias.”* O outro jovem vê no grupo: *“Um meio de estar buscando recursos para melhorar a situação em que vivemos. E assim podemos nos organizar para resolver problemas que estejam em nosso alcance.”* (Eli)

A organização é percebida por todos como o primeiro passo para transformar a realidade em que vivem. Mas nem tudo são flores; os próprios jovens reconhecem que alguns de seus companheiros precisam estar mais imbuídos do espírito grupal, estarem mais presentes, assumirem mais as responsabilidades dentro do grupo, para não sobrecarregar alguns e nem desestimular o grupo. A dificuldade que alguns têm de abraçar as causas grupais tal e qual o grupo necessita naquele momento é uma situação bastante comum em todos os tipos de organização, seja ela institucionalizada ou não podendo prejudicar enormemente o amadurecimento grupal. Esse desafio é também responsável pela dissolução de muitos grupos ainda em seu começo ou mesmo depois de uma caminhada já consolidada. No caso do grupo de jovens de Capoeirão, este desafio está sendo enfrentado.

Um passo importante que pode ser dado é ampliar a formação do grupo em torno principalmente da Economia Solidária, pois ele já reúne todas as condições para fazê-lo, pois como foi dito acima, muitos princípios da

Economia Solidária já fazem parte da vida do grupo. Além disso, outro fator que pode ajudar é abertura do grupo para acolher outros/as jovens que podem estar se somando, tendo sempre o cuidado de manter o amadurecimento a que o grupo chegou até então. E porque a Economia Solidária poderia fortalecer a organização grupal?

7. Caminhos possíveis

Economia Solidária: O que afinal a caracteriza? O que a diferencia da Economia tradicional? Segundo o Documento Base da I CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária no Eixo Temático I (Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. 2006), ao tratar dos fundamentos da Economia Popular Solidária, ela

... se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. (2006,p.31)

A Economia Solidária promove a igualdade de direitos, a autogestão e a diversidade de manifestações; ela é um espaço de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as; preza pelo consumo consciente; apresenta-se como alternativa ao desemprego crescente e seus atores sociais são portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo. *“A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores*

excluídos da sociedade...” (pág. 33). Eis vários princípios que diferenciam a Economia Solidária da economia tradicional já que esta tem entre seus fundamentos, a acumulação de riqueza, competição permanente, lucro a qualquer custo, o capital como centro das relações e de todo o processo, exploração indiscriminada dos recursos naturais, gestão centralizada, dentre outros princípios.

A partir de uma metodologia participativa, o grupo poderá conhecer mais sobre as principais causas desses problemas, qual seja a principal delas, a ausência de políticas públicas efetivas no município e na comunidade e buscar meios de se instrumentalizar a fim de avançar rumo ao controle social, buscando sua autonomia e organização juntamente com outros jovens do município que vivenciam problemas similares, no sentido de efetivarem os seus direitos de cidadãos. A comunicação é fator essencial, afinal, como lembra Henriques são os diversos atos comunicativos que geram e mantêm a mobilização⁸, segundo ele *“isto define a coletivização como o processo dinâmico de construção de um problema público, passando da esfera individual á esfera coletiva.”* (HENRIQUES, 2005, p.4).

É válido lembrar que a cidadania se efetiva quando há sujeitos autônomos e para que haja autonomia é preciso haver um mínimo de garantia de direitos, pois

⁸ Considera-se *“mobilização social como a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma determinada causa que possa ser considerada de interesse público”* (HENRIQUE, 2005, p.8)

a emancipação da pessoa passa pela conquista de seus direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, entre eles o direito de participar, interferindo no destino da nação, na gestão de políticas públicas, denunciando as injustiças e pressionando os órgãos competentes para o atendimento de demandas sociais. Assim, os processos de mobilizações e controle social, são essenciais para a construção do projeto popular para o país e para uma sociedade solidária e sustentável. (PEDRINI, 2007, p.2)

Para Pedrini (2007), citando Streck e Adams, “*a noção de controle social tem a ver, primeiramente com co-responsabilidade pela coisa pública, baseada numa relação de trabalho coletivo em torno de objetivos comuns*”. A autora acrescenta que o controle social:

relaciona-se com justiça social, o que deduz uma visão crítica sobre os fatores que causam a injustiça social. Nesse sentido, exige uma compreensão abrangente da realidade com seus limites, possibilidades e responsabilidades.

Segue, daí, a terceira dimensão de controle social como ‘palavra-gêmea de participação’, cabendo ao sujeito coletivo reconhecer a conflitividade como parte integrante do processo social e assumir o desafio de trabalhar em conjunto. (PEDRINI ET AL, 2007, p. 2)

É importante que o grupo tenha consciência de sua capacidade de interferir na gestão pública. A capacidade da sociedade civil de interferir na gestão pública é um desafio permanente, tanto no que toca à formação, quanto na capacidade de avaliação de cada conjuntura e na construção de estratégias para efetivar essa interferência. Não é algo pronto, acabado, por mais que existam formas consolidadas como é o caso das conferências, dos conselhos, do orçamento participativo, dentre outras; há ainda muito que ser reinventado para que direitos básicos sejam garantidos e que o país caminhe para a construção de um projeto democrático-participativo, mas também no âmbito de município isto venha se efetivar gradativamente. Como lembra Pedrini, as mobilizações sociais são processos permanentes; acontecem e precisam acontecer localmente. Todavia isto não é tudo, pois as questões estruturais do

país jamais devem ser deixadas de lado, afinal são elas que desencadeiam uma série de outros problemas e demandas. Assim, além do agir local, os lutadores/as populares, os grupos organizados devem cada vez mais se integrar em rede, buscar outros parceiros, se integrarem a outras lutas que também são importantes e que lhes dizem respeito, sejam aos jovens, seja à Comunidade.

8. Considerações Finais

8.1. A ausência de políticas públicas de juventude na Comunidade de Capoeirão e suas conseqüências

As políticas públicas de juventude rural, na verdade, não existem no conjunto da realidade pesquisada. É ainda algo para ser construído e disputado junto às diversas instâncias de governo. Se as políticas públicas de modo geral ainda não consolidaram enquanto tais, menos ainda aquelas específicas para as juventudes. Neste contexto, as políticas públicas de juventude rural ficam em situação ainda pior. A elaboração, implementação e avaliação dessas políticas ainda são muito fragmentadas e dependem por demais da boa vontade dos (as) gestores (as) até mesmo onde os jovens estão articulados, por não estarem previstas em legislações claras, específicas e bem definidas. Ainda assim *“a presença de atores coletivos juvenis diversificados, asseguraria em tese, o caráter plural e democrático da participação”*, como afirma SPOSITO e CARRANO (2003, p.31).

Decorrente da ausência de políticas públicas de juventude na Comunidade de Capoeirão, algumas dificuldades se tornaram latentes, como é

o caso da carência de infra-estrutura, que inviabiliza passos importantes do grupo de apicultores, carência esta, vivenciada por conta da principal dificuldade enfrentada, que é a falta de recursos disponibilizados para tal demanda.

8.2. O universo da pesquisa sobre políticas públicas de juventude rural

Existe uma bibliografia razoável sobre juventude rural; o mesmo não se pode dizer em relação às políticas públicas de juventude rural. Se as políticas públicas de juventude rural são pouco consistentes e pouco pesquisadas em nível de Brasil, menos ainda na região Nordeste, historicamente penalizada na divisão do bolo. No Estado da Bahia, falar em políticas públicas advindas do Estado até bem pouco tempo era despropósito, devido aos sucessivos governos de caráter centralizador e com pouca ou nenhuma participação popular, vigentes até o ano de 2006.⁹ Assim, também o panorama relativo às pesquisas não é dos mais animadores. Afora aquelas que contemplam interesses “mercadológicos”, as demais são artigos de luxo, uma vez que praticamente inexistente o financiamento público de pesquisas. As que existem são resultado de muito esforço e perseverança de pesquisadores (as) e na grande maioria estão escondidas por aí, devido à inexistência de uma política de publicação.

⁹ O governo que assumiu no ano seguinte (2007) ainda não permite avaliação consistente sobre o panorama das políticas públicas de juventudes, pelo pouco tempo em que governa.

No tocante à juventude, o quadro não parece ser diferente. Além disso, as pesquisas até bem pouco tempo encontravam-se concentradas na capital, realidade lentamente modificada pela interiorização de alguns Campi de Universidades. Ainda assim, as linhas de pesquisa são quase sempre atreladas aos cursos superiores de cada região, o que não é o caso nem das políticas públicas nem tampouco da juventude, deixando uma lacuna facilmente perceptível no tocante a esta categoria como também às políticas públicas voltadas para ela, mesmo que a grande maioria dos (as) estudantes/momentaneamente pesquisadores (as) seja jovens. Neste sentido, as dificuldades decorrentes deste panorama, sem dúvida foram sentidas durante a presente pesquisa, o que não impediu reflexões importantes como a que se segue.

8.3. O protagonismo juvenil

A pesquisa revelou um protagonismo juvenil consistente, quase sempre ignorado e subestimado por muitas pessoas, instituições e governos. Ao mesmo tempo em que os/as entrevistados/as reconhecem a ausência de políticas públicas ou mesmo de outras ações que poderiam ser importantes, para lembrar um depoimento: *“A gente fica de certa forma jogado”* (Eli), eles demonstram capacidade de enfrentamento às dificuldades, construindo alternativas, apesar de todas as limitações presentes. Não estão apenas “reclamando”, como muitas pessoas costumam fazer, nem seguindo o caminho da migração sazonal, como muitos ainda o fazem; se uniram, e juntos estão construindo saídas criativas, a exemplo da prática da apicultura, e a partir daí

se sentem mais fortes para reivindicarem junto a governos, as tão faladas e pouco concretizadas políticas públicas.

O grupo de jovens, no tocante à organização, com mais formação, maior clareza e conseqüentemente de vivência em torno da Economia Solidária poderá crescer significativamente e consolidar objetivos de forma mais consistente. Do ponto de vista político, avançar da condição de sujeitos, que é fator importante para a condição de cidadãos, será elemento fundamental para a ampliação e consolidação da luta em prol das políticas públicas de juventude rural e porque não, políticas públicas de um modo geral, voltadas para sua realidade. Outro passo é ir se instrumentalizando para caminhar em direção ao controle social, ainda distante de seu cotidiano, mas possível de ser alcançado através da organização. É fundamental que o grupo amplie a capacidade de análise de sua realidade, inserindo-a num contexto de município, de região, de Estado e de país, para que possa identificar quem são os possíveis parceiros na construção do que eles chamam de “melhorias.” Elas representam nada mais que qualidade de vida.

Para o Professor Paulo Carrano:

Os órgãos de juventude criados pelos municípios, estados e governo Federal vivem a tensão entre responder às pressões conservadoras pelo controle social do tempo juvenil e desenvolver políticas emancipatórias que contribuam para que os jovens sejam sujeitos de seus próprios tempos, espaços e projetos de vida. Os jovens brasileiros enfrentam o desafio de se reconhecerem como atores políticos e criarem participações que façam a diferença num quadro de mobilização popular ainda insuficiente e ação incipiente do Estado na resolução dos graves problemas que comprometem a própria condição de ser jovem no Brasil. Assim sendo, a participação que poderia fazer diferença e restabelecer a confiança nas instituições políticas no atual quadro de desigualdades seria aquela que abriria caminhos na agenda pública e apostaria na mobilização interpeladora da ineficiência do Estado, reivindicando políticas efetivas e democráticas, adequadas às necessidades dos jovens

brasileiros.(CARRANO, 2008. Caderno Eixos temáticos da 1ª Conferência de Políticas Públicas de juventude)

Nas palavras de Sposito e Carrano (2003) *“o desafio maior é, contudo inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista.”* Este desafio perpassa os limites da Comunidade de Capoeirão e do grupo de jovens, por mais organizados que eles estejam. E ainda segundo os mesmos autores *“essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas”* (CARRANO e SPOSITO, 2003, p.32). Desse modo ainda temos um caminho árduo se quisermos, enquanto jovens, ir além das políticas governamentais e nos inscrever no círculo das políticas públicas de juventudes, somando concordâncias, dialogando e consensuando sobre as divergências e mantendo viva a indignação diante das injustiças, mas, sobretudo a esperança **no “Outro Mundo Possível.”**

9. Convite ao desafio

Vejam: Quanta estrada para caminhar!

Quanto ainda há por fazer...

Na fique aí parado,

Esperando a “vida acontecer”.

Se mexa. Remexa, cresça!

A realidade é um convite à ação.

Não ceda ao individualismo.

Busque, viva, resgate a sua indignação.

Não deixe a História passar.

Vá com ela!

Do seu jeito; com seu peito.

Dê um palpite, apite,

Mas não vá se isolar.

Acorde que o tempo morde.

Morde a gente a fim de nos convidar.

Para tecermos o amanhecer,

Que haverá de chegar.

Com o meu sorriso, com a tua alegria;

Com a noite do outro, com o teu dia.

Com o dedo de todos nós que acreditamos que um

“Outro Amanhã é possível”.

Alidéia oliveira Rodrigues

22/03/2006

REFERÊNCIAS

AATR – BA. **Programa Políticas Públicas** – Módulo 1: 2002.

ABBRAMO, Helena Wendel. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. Ed. Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania. 1ª Ed. São Paulo: 2005.p.37-72.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. SILVA, Roberto Marinho Alves da (Org.) **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**: Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.145p.

Caderno Eixos temáticos da 1ª Conferência de Políticas Públicas de juventude. Brasília, 2008.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. Ed. Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania. 1ª Ed. São Paulo: 2005.p. 243 – 261.

PEREIRA, Willian Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes:PUC Minas, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”**. Rio de Janeiro, 2005. In: www.buscatextual.cnpq.br

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. In: Revista Brasileira de Educação: 2003: Nº 24.

Eixo Temático I. **Os Fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo**. Documento Base da I CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2006.

HENRIQUES, Marcio Simeone. **Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2005.

PEDRINI, Dalila. **Sociedade em participação - Aprendendo e ensinando uma lição**. O artigo é uma formulação que contém partes de outros textos elaborados, como PEDRINI e PINHEIRO, 2005 e ainda, o Relatório anual de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995. P. 241-3.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. In: Revista Brasileira de Educação: 2000: Nº 13.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil** (2003). In: Oscar Dávila Leon (editor): **Políticas públicas de juventud em América Latina: Políticas Nacionales**. Vina del Mar: Ediciones CIDPA.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In. TEDESCO, João Carlos(org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.